



GESTÃO E REFLEXOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS EMERGENCIAIS

Artur Candido Barbosa Silva¹ (PQ), Regina Célia Damaso de Oliveira^(IC), Patricia Souza Rios^(IC), Thalita Pereira de Miranda^(IC).

Faculdade Estácio de Sá Goiás - FESGo, *Rua 67-A, nº 216, Setor Norte Ferroviário, Goiânia -GO.*

Resumo: Nesta realidade pandêmica, com ações tardias, ineficientes e ineficazes do poder público para manter e/ou gerar empregos, bem como para a retomada do desenvolvimento econômico, recorrer à reserva de emergência pode ser um paliativo ao trabalhador. Desta forma esta pesquisa justifica-se pela relevância do comportamento de poupança, que pode melhorar a estrutura da família para lidar com situações limites (emergenciais), como o atual cenário de isolamento social, que reflete nas fontes de renda das pessoas trabalhadoras e empregadoras. Agrega-se a este cenários reflexos, de curto, médio e longo prazos, oriundos das incrementações na política previdenciária (reforma), que distanciam as pessoas trabalhadoras da aposentadoria. Esta investigação pretende conhecer o comportamento de poupança de pessoas universitárias das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e da Saúde, tomando por base uma instituição, de forma a subsidiar ações relativas ao hábito de investir. Para isto serão empregados levantamentos quanti e qualitativo, recorrendo à revisão da literatura, análise de documentos e aplicação de *survey*, que permitirá descrever e comparar os públicos em estudo.

Palavras-chave: Planejamento financeiro. Educação financeira. Pandemia. Auxílio Emergencial. Percepção de Risco. Comportamento de Risco.

¹ acabasilva@hotmail.com



Introdução

Ao longo de 2019 algumas propostas de reforma na previdência foram empreendidas e lograram êxito, fundamentadas especialmente no déficit fiscal da previdência, que alega-se decorrente dos efeitos demográficos, de redução da taxa de fecundidade e melhoria na expectativa de vida.

No Regime Geral de Previdência Social (RGPS) brasileiro reverberam de forma sistêmica no curto, médio e longo prazo os efeitos da supressão de direitos decorrentes desta políticas reformistas. A classe trabalhadora, em especial às pessoas da área privada e servidoras descobertas pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), têm alongada a expectativa famigerada da "aposentadoria", com as reformas representando um "estímulo" à maior dedicação e permanência em atividade laboral, bem como à investigação de alternativas que abreviam o acesso à fontes de rendas (investimentos), de tal forma que mitiguem a dependência da previdência, sem descartar o estímulo a contratação de regimes complementares e/ou privados de previdência (BRASIL, 1988; MARQUES et al, 2005; NAKAHODO, SAVOIA, 2008; PREVIDÊNCIA, 2020).

A cultura brasileira de não poupar agrava a situação financeira e de qualidade de vida das pessoa nesta na nova realidade, do Brasil e do mundo, de isolamento social e projeção de recessão econômica. Neste cenário, esta pesquisa responderá: Qual a percepção e comportamento de investimento, do público investigado? Situação que colaborará com o desenvolvimento de ações mais efetivas voltadas ao planejamento financeiro pessoal/familiar emancipador, que com e inesperada experiência da pandemia (Covid-19) acende alertas sobre a necessidade, relevância e carência cultural relativas ao hábito de poupar.

Este estudo objetiva diagnosticar a percepção e comportamento de investimento, de pessoas universitárias da área de ciências sociais e saúde de uma

REALIZAÇÃO



Instituição de Ensino Superior (IES), de forma que possa identificar, levantar, avaliar e comparar a percepção e o comportamento de risco de discentes de ambas as áreas de formação, tipificar os ativos disponíveis, existência da reserva emergencial e as preferências de investimento de cada área de formação, e verificar eventual correlação entre o perfil sociodemográfico dos participantes e as preferências por tipologias de ativos.

Para apresentar estes resultados recorrerá à pesquisa mista com uso de *survey* para o levantamento dos dados dos discentes, organizando-se após esta introdução em: apresentação da metodologia, resultados parciais, considerações finais, agradecimentos e referencial teórico.

Material e Métodos

A pesquisa possui abordagem mista buscando compreender percepções e quantificar padrões de comportamento. O estudo é de natureza aplicada, especificamente ao público de estudantes de uma IES, nos cursos das áreas de Ciência Social Aplicada e de Saúde. O objetivo do trabalho é exploratório e descritivo, em busca de compreensão sobre percepções e comportamentos do público, de forma a descrever o caso em específico (UFRGS, 2009).

Os procedimentos metodológicos contemplam, além da pesquisa bibliográfica (periódicos e repositórios científicos) e documental (currículo dos cursos, diretrizes curriculares e legislações), o estudo do caso da IES englobando discentes das grandes áreas (Ciência Social Aplicada e Saúde), com uso da *survey*, de forma eletrônica (GoogleForms) e tratamento dos dados via planilhas eletrônicas (Microsoft Excel) e/ou outros softwares (*R Project*).

REALIZAÇÃO



Resultados e Discussão

Considerar que a sujeição ao risco parte de uma análise puramente objetiva parece distante do comportamento de quem empreende por necessidade e de forma recorrente lança-se em um oceano (mercado) de incertezas. Fossem as escolhas de "investimento" exclusivamente matemática, não haveria relações desfeitas em decorrência do risco/efeito de corromper-se, nem trabalhadores "embolsando" ávidos salários e com frequente demanda de crédito junto às financeiras. Rompendo com a exclusividade da análise racional, o indivíduo desvela o seu *background* para dar sentido (risco percebido) às ameaças que encontra (SLOVIC, 1997).

Ainda que o nível de compreensão interfira na percepção de risco, não é fator limitante do comportamento, uma vez que indivíduos com alto nível cognitivo acabam sujeitando-se a sanções oriundas da suplantação de regras triviais (PAULINO; LOPES, 2010) como uma infração de trânsito.

Partindo do construto de percepção e comportamento de risco relacionados a investimentos, a literatura aponta que fatores como a maior idade e renda colaboram para uma maior percepção de risco, variáveis como a escolaridade, o estado civil e a idade (novamente) interferem no comportamento de risco (VIEIRA *et al*, 2013).

Como efeito da globalização e o desenvolvimento tecnológico, os cenários político, econômico e cultural ganharam nova dinâmica estreitando as interdependências e inter-relações, reforçando a relevância da educação financeira neste ambiente de constante e rápida transformação (OCDE, 2004). Há suporte teórico de que a alfabetização financeira colabora para o comportamento poupador, e que aliada à preocupação com o futuro reflete na segurança financeira das pessoas com este perfil (GONÇALVES; PONCHIO, 2018).

O estudo comparativo entre os Indicadores Nacionais de Educação Financeira (INDEF) e de Alfabetismo Funcional (INAF) verificou que as pessoas

REALIZAÇÃO



também aprendem a lidar com o dinheiro de forma prática, impactando diretamente o seu comportamento, situação evidenciada pelas pessoas com idade entre 55 e 64 anos que embora possuam baixo INAF, têm um índice de educação financeira maior que as pessoas de menor idade (SERASA, 2020).

Neste sentido a reserva de emergência, que constitui-se como técnica de gestão financeira pessoal, é item relevante neste estudo e destacou-se neste cenário de contingência. O que chama atenção mais recentemente é a criação do Auxílio Emergencial (AE) do Governo Federal, que estimou inicialmente atender 54 milhões de pessoas e que atualmente possui 67.140.733 beneficiários. Este programa social consiste em uma transferência temporária de renda para um grupo de atores que atendem critérios de renda e vulnerabilidade social, incluindo o desemprego (CGU, 2020).

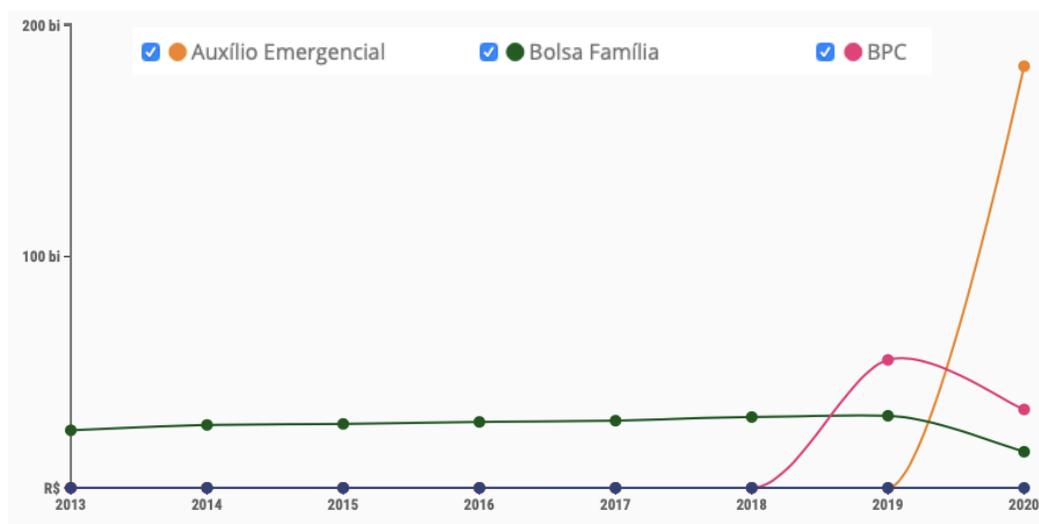


Gráfico 1. Evolução histórica dos pagamentos do BPC, Bolsa Família e Auxílio Emergencial. Fonte: Adaptado (CGU, 2020)

O Gráfico 1 evidencia a representatividade do AE quando comparado com os demais programas, principalmente quando observa-se o volume dos desembolsos e o curto período em que ocorre, comparativamente.

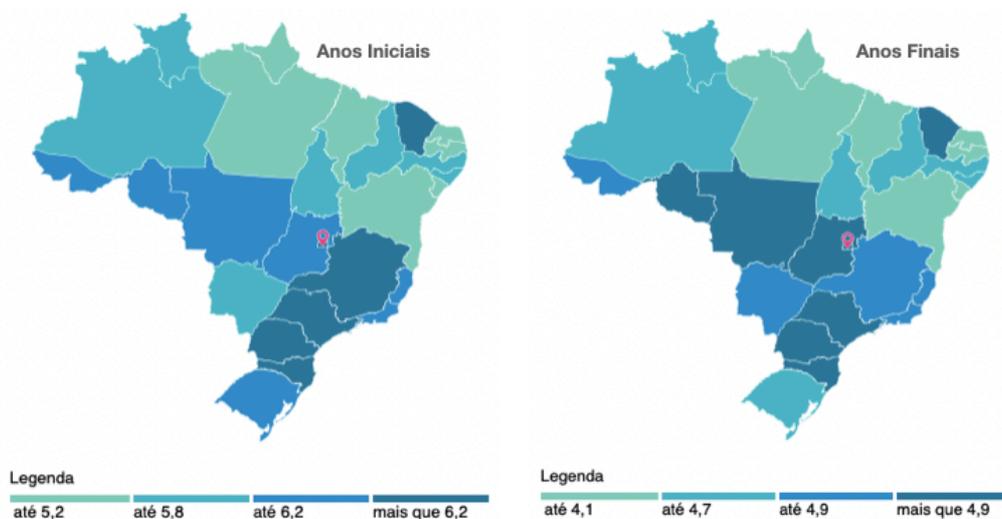


Gráfico 2. Comparação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em 2017 nos anos iniciais e finais.

Fonte: Adaptado (IBGE, 2020).

Sedo que em 22 dos estados brasileiros o benefício contempla entre 30,71% até 52,53% da população. Com destaque para as regiões norte e nordeste, que com excessão de Tocantins, Rondônia e Alagoas, os demais estados possuem cobertura maior que 40% da população (CGU, 2020).

Chama a atenção o fato de que estas regiões concentram os menores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Gráfico 2, e também os menores Índices de Desenvolvimento Humanos (IDH) (IBGE, 2020).

Considerações Finais

O ambiente mundial de pandemia exteriorizou problemas sociais graves, bem como a cultura de não poupar, especialmente no Brasil. Abordar temas relativos ao dinheiro e como lidar com ele ainda permanece como tabu entre as famílias, o que colabora com o baixo índice de educação financeira nacional.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Na prática o AE substitui/complementa, ao menos em parte, a reserva de emergência, sendo alternativa para mitigar o cenário incerto e calamitoso de pane econômica do país, suportando parte da estrutura de custo que poderia ser coberta com a existência da reserva de emergência.

A proporção de beneficiários nas regiões norte e nordeste comparada com o IDEB ganha respaldo na literatura, uma vez que a educação financeira impacta na percepção e comportamento de poupança.

O estudo avançará aprofundando-se nos comportamentos específicos do público alvo do estudo, abarcando os pontos necessários para atender aos objetivos apresentando inicialmente.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi selecionada e aprovada no Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) para o período de Agosto/2020 a Julho de 2010, da Faculdade Estácio de Sá de Goiás, que recebe os agradecimentos pelo apoio por meio das bolsas concedidas à coordenação e discente do projeto.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CGU. **Portal da Transparência**: benefícios ao cidadão. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios>>. Acesso em: 05 out. 2020.

GONÇALVES, Virgínia Nicolau; PONCHIO, Mateus Canniatti. Quem Pensa no Futuro Poupa Mais? O Papel Mediador do Conhecimento Financeiro na Relação entre Orientação para o Futuro e Segurança Financeira Pessoal. **Brazilian Journal of Marketing**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 442-486, Out. 2018. Disponível em: <[https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=remark&page=article&op=view&path\[\]=12450](https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=remark&page=article&op=view&path[]=12450)>. Acesso em: 12 mai. 2020.

IBGE. **Pesquisas**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>> Acesso em: 05 out. 2020.

REALIZAÇÃO



MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana; MENDES, Áquila. Previdência social brasileira: um balanço da reforma. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-121, Mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2020.

NACIONAL. Imprensa. **Emenda Constitucional nº 103**: Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-103-227649622>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

NAKAHODO, Sidney Nakao; SAVOIA, José Roberto. A reforma da previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 45-58, Feb. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Abr. 2020.

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **OECD's Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/oecdfinancialeducationprojectbackgroundandimplementation.htm>>. Acesso em: 10. mai. 2020.

PAULINO, Janaina Aparecida; LOPES, Renata Ferrarez Fernandes. Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 752-765, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Apr. 2020.

PREVIDÊNCIA. Secretaria de. **O que é previdência complementar?** Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previdencia-complementar/o-que-previdencia-complementar/>>. Acesso em: 28. abr. 2020.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigms of financial education in Brazil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05. mai. 2020.

SERASA. **Estudos e Pesquisas**. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/educacao-financeira-do-brasileiro-vai-alem-da-escolaridade-revela-estudo-inedito-da-serasa-experian-e-do-ibope-inteligencia>> Acesso em: 05 out. 2020.

REALIZAÇÃO



VII Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



SLOVIC, Paul () "Trust, Emotion, Sex, Politics, and Science: Surveying the Risk Assessment Battlefield," **University of Chicago Legal Forum**: Vol. 1997: Iss. 1, Article 4. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1997/iss1/4>. Acesso em: 28. abr. 2020.

UFRGS. **Métodos de Pesquisa**. [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; POTRICH, A. C. G.; CAMPARA, J. P.; PARABONI, A. L. Percepção e comportamento de risco financeiro: análise da influência da ocupação e demais variáveis sociodemográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 130-147, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/37784/percepcao-e-comportamento-de-risco-financeiro--analise-da-influencia-da-ocupacao-e-demais-variaveis-sociodemograficas/i/pt-br>>. Acesso em: 10 Jan. 2019.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás